

OPINIÃO

LIÇÕES DAS URNAS

Josaphat Marinho



Eleições gerais, como as recentes de 4 de outubro, refletem aspectos ou tendências essenciais da população e da vida política. Variam tais manifestações em cada época, segundo fatores ou singularidades prevaletentes. Indicam sempre, porém, marcas do juízo coletivo ou práticas assinaláveis do mecanismo político. Por serem questões que concernem ao exercício do voto e a sua eficácia, merecem comentário.

A primeira delas é relativa à quantidade de votos nulos e brancos e ao percentual de abstenção. Segundo os dados do Tribunal Superior Eleitoral, votaram no país 83.296.085 na eleição para presidente da República. Desse total, a abstenção somou 22.798.904 votos — 21,49%; a votação em branco alcançou 6.688.612 — 8,03%; e os votos nulos se elevaram a 8.884.426 — 10,67%. Assim, 40,19% constituíram formas não designativas de candidato. Vale dizer, mais de 38 milhões de eleitores não escolheram candidato, o que significa número superior à votação atribuída a Fernando Henrique Cardoso, que conquistou 35.936.918 sufrágios. Há, portanto, larga parcela do eleitorado insatisfeita com os rumos da política e da administração. Mesmo admitindo que, entre os votos nulos, certa porção resulta de erro, é expressivamente alta a percentagem indicativa de descontentamento e divergência.

Diante desses números, devem refletir os políticos e buscar conhecer as causas do fenômeno. Se tantos milhões de eleitores preferem não optar por um candidato, há desajustamento evidente e grave entre o meio político e parcela elevada do corpo eleitoral. A natureza do fato mostra que não cabe a um partido acusar outro. Se tão volumosa quantidade de votos foi negada a todos os candidatos presidenciais, a recusa teve caráter geral. Importa, pois, investigar a indiferença ou repulsa popular na base do regime e em suas práticas, para a correção necessária. Quando a rebeldia do povo se exprime nessa dimensão, procurar culpados é esforço inútil. Essencial é proceder à revisão dos procedimentos condenados. Até porque esses procedimentos, em maior ou menor proporção, se estampam na ação dos partidos políticos, por sua inorganicidade e falta de diretrizes programáticas.

Outro aspecto relevante ao pleito foi a comprovação de impro-

priedade ou inconveniência do regime de reeleição para os cargos executivos. Adotada contra a tradição da República, a permissão patenteou os efeitos maléficos à vida política, previstos por muitos parlamentares na oportunidade de votação da correspondente emenda constitucional. A presença do presidente candidato à sua própria sucessão provocou protestos e reclamações de outros candidatos, que argüiam situações de privilégio, violadores da igualdade perante a lei. De fato, mesmo sem alegar-se intuito de vantagem pessoal, a campanha revelou momentos em que não se distinguia se era o candidato ou o presidente que fazia a propaganda eleitoral. Mais grave foi o que se observou nos Estados. Aí, salvo exceções, a máquina oficial não se limitou a participar da propaganda dos governadores pleiteantes de renovação do mandato. Estados houve em que os governadores-candidatos e seus servidores agiram ostensivamente contra a lei e a ética política. Os protestos de contendores, integrantes de diversos partidos, comprovaram os escândalos. A tal ponto subiu a violência que partidários ontem da reeleição querem hoje suprimi-la, temendo o pior nas peles municipais. A iniciativa é correta desde que a supressão atinja também a eleição presidencial.

Além de vitórias significativas contra a reeleição, como em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, há que se salientar o espírito ou sentimento de resistência a lideranças consolidadas, que foram varridas na eleição, qual se verificou em Goiás e Mato Grosso do Sul. Candidatos a governador sem tradição política nem poder econômico venceram a eleição com o prestígio espontâneo e insuperável do povo. Esse fenômeno parece reviver o espírito de renovação que se desenvolvia depois da Constituição de 1946 e até antes da vitória do movimento militar de 1964. Naquela fase de prática do regime democrático também se operavam mudanças consideráveis sob o impulso do voto universal.

Os fatos originários das recentes eleições devem despertar, portanto, o interesse do pesquisador e do político, de um para interpretação do que ocorre, do outro para não ser surpreendido no caminho.

■ Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia